

SHIMON PERES, ESTADISTA

Luiz Carlos Bresser Pereira
Folha de S.Paulo, 09.09.93

Abstract: Ontem, em Washington, o governosde Israel e a Organização de Liberação da Palestina assinaram um acordo histórico, através do qual Israel reconhece na OLP um interlocutor válido e inicia o processo de reconhecimento de um Estado palestino, a OLP reconhece formalmente o direito à existência do Estado de Israel e repudia o terrorismo como forma de continuar a luta pela recuperação das terras palestinas na Cisjordânia e na Banda de Gaza, e abre-se, assim, uma perspectiva de paz para o Oriente Médio.

Ontem, em Washington, o governosde Israel e a Organização de Liberação da Palestina assinaram um acordo histórico, através do qual Israel reconhece na OLP um interlocutor válido e inicia o processo de reconhecimento de um Estado palestino, a OLP reconhece formalmente o direito à existência do Estado de Israel e repudia o terrorismo como forma de continuar a luta pela recuperação das terras palestinas na Cisjordânia e na Banda de Gaza, e abre-se, assim, uma perspectiva de paz para o Oriente Médio. Os dois chefes de Estado que assinaram a declaração de princípios acordo perante o Presidente Clinton foram o primeiro ministro de Israel, Yitzhak Rabin, e o presidente do comitê executivo da OLP, Yasser Arafat. Não há dúvida que o papel representado pelo ex-líder guerrilheiro e pelo chefe do Estado de Israel foi fundamental, como também foi extremamente valioso o empenho e a habilidade do Ministro das Relações Exteriores da Noruega, Johan Holst, que hospedou os negociadores. Mas quero aqui salientar o papel de estadista que coube ao Ministro das Relações Exteriores de Israel, Shimon Peres. Para ser um estadista geralmente é necessário também ser um chefe de Estado, como, aliás, Peres já o foi quando exerceu o cargo de Primeiro Ministro de Israel. Mas deste vez foi através do ministério das relações exteriores, e, certamente, com o apoio de seu primeiro ministro e eterno rival dentro do

Partido Trabalhista, que Peres deu mais uma vez uma demonstração de coragem e de visão que é própria dos estadistas.

Na semana passada, no parlamento de Israel, no Knesset, Shimon Peres foi chamado de "traidor", foi injuriado de todas as formas pela oposição conservadora. Diante da acusação de que estava comprometendo a segurança de seu país, Peres, que é um homem tranqüilo e afável, reagiu com enorme energia e vigor. Terá que fazê-lo ainda muitas vezes, porque sempre que o acordo ontem afirmado entrar em crise, ele será considerado o culpado. Este é o destino dos estadistas. Em um primeiro momento são obrigados a assumir todos os riscos. E, afinal, só serão reconhecidos muito mais tarde, depois que sua coragem deu certo, depois que sua iniciativa se transformou em um êxito estabelecido.

Muitas ainda serão as dificuldades que Israel e a OLP enfrentarão. Os extremistas dos dois lados estão com todas as suas armas à mostra. Em Israel o extremismo é representado pelo próprio Likud, o partido que até há pouco estava no poder e reduzia Israel a um Estado terrorista. Entre os palestinos, o extremismo está dentro da própria OLP, já que uma parte de seus membros nega a Arafat o direito de tomar a decisão que tomou. E está principalmente no Hamas, o movimento islâmico-palestino, que já manifestou sua insatisfação com o acordo, que, para eles, seria a "sentença de morte da causa palestina". E é preciso admitir que essa organização possui uma legitimidade derivada de seu papel decisivo na Intifada, a "guerra das pedras" através da qual homens e crianças da Banda de Gaza e da Cisjordânia reagiram contra os soldados israelenses, provocando mais de mil mortes desde 1987. Conforme observou Mark Kravetz no *Libération* (10.9), "foi através da Intifada que começou o reconhecimento mútuo... Eles não lutavam contra a 'entidade sionista', mas contra os soldados israelenses ocupando suas cidades".

Peres, Rabin e Arafat terão, portanto, dificuldades enormes para levar adiante seu projeto. Seus opositores são extremistas, mas não são marginais. São uma alternativa concreta de poder a eles próprios e a suas organizações - o Partido Trabalhista e a OLP. Mas eles procurarão implementá-lo porque sabem que esta é a única saída possível. Uma saída difícil, arriscada, um caminho estreito, cercado de precipícios, mas o único caminho que poderá levar à consolidação definitiva do Estado de Israel, à afirmação nacional do povo palestino, e à paz no Oriente Médio. É a única saída compatível com a resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas de dezembro de 1947, que dividia a Palestina, criava dois Estados independentes, que deveriam

formar uma união econômica, e estabelecida um estatuto especial para Jerusalém.

Esta não é a primeira vez que Shimon Peres tem a oportunidade de ser um estadista e não a perde. Uma outra vez foi em 1985 quando, como Primeiro Ministro de Israel, estabilizou a economia com um congelamento de preços, um acordo social, e um ajustamento fiscal. Ele próprio me contou a história do choque em dezembro de 1987, quando, como Ministro das Relações Exteriores de um governo de coalizão, me visitou em Brasília na própria semana em que me demiti do Ministério da Fazenda. Tivemos uma longa conversa, logo após haver recebido do Presidente Sarney uma recusa quase definitiva à proposta de ajuste fiscal, que preparara nos dois meses anteriores. Peres contou-me então como, como primeiro ministro, liderou pessoalmente o processo de estabilização. Não é um economista. Não foi ele, portanto, quem identificou o caráter inercial da inflação e recomendou o congelamento. Isto coube à sua equipe de economistas comandada por Michael Bruno. Mas foi ele quem levou adiante o processo. Quem sentou-se durante 27 horas com seus ministros, não os deixando sair enquanto não concordassem com os cortes do orçamento necessários, foi ele quem pessoalmente firmou o acordo social com os líderes sindicais e empresariais, foi ele que assumiu a responsabilidade e os riscos da estabilização, que, afinal, deu certo. Foi ele, portanto, o estadista, que salvou Israel de uma inflação crônica muito semelhante à inflação brasileira. Depois de ouvi-lo minha decisão de demitir-me, que já estava madura, confirmou-se. Estava claro para mim que é impossível estabilizar uma economia vítima de alta inflação se o chefe do Estado não liderar diretamente o processo. Dois dias depois solicitei em termos definitivos minha demissão.

No Brasil ainda não tivemos esse estadista, mas não vejo porque Fernando Henrique, apoiado por Itamar Franco, como Peres foi apoiado por Rabin, não possa vir a sê-lo. Um estadista, além de coragem e competência política, necessita de uma equipe econômica competente, e de sorte. Precisa também de um mínimo de apoio político inicial, embora o verdadeiro estadista é aquele que é capaz de pensar e agir contra os interesses de curto prazo dos seus liderados. Foi o que fez Charles De Gaulle, quando, em 1958, após ter sido eleito pela direita, que apoiava a guerra da Argélia, decidiu dar a independência àquele país. A independência da ex-colônia consultava aos verdadeiros interesses nacionais da França, mas os franceses, inclusive muitos de esquerda, não o sabiam. De Gaulle soube, assumiu os riscos, tomou a decisão necessária, e afinal foi reconhecido como um herói. É

possível discordar de De Gaulle, como é possível discordar de todos os estadistas. Mas não é possível deixar de admirá-los. E de reconhecer que, embora tivesse razão Bertold Brecht, quando dizia, "ai da nação que necessita de estadistas", não há dúvida que em certos momentos críticos o surgimento de um estadista é uma bênção dos céus. No Brasil a equipe econômica é competente, sabe qual é o caminho estreito e perigoso que é preciso trilhar, e contam com algum apoio político. Com um pouco de sorte, Itamar e Fernando Henrique, apesar de toda a descrença, poderão ser os nossos Rabin e Peres. Sorte, aliás, da qual também precisarão os dois líderes de Israel e Arafat.